

# Identidade e diferença: possibilidades e dilemas

**Daniela  
Leandro  
Rezende**

Graduanda do  
Curso de Ciências  
Sociais / UFMG

**RESUMO:** o objetivo deste trabalho é apresentar a emergência de temas como identidade e diferença como questões políticas, trazendo à reflexão as implicações que tal mudança pode acarretar. Assim, partindo da apresentação de contextos históricos, sociais e políticos que levaram ao que Woodward (2000) chama de "crise de identidade", pretende-se mostrar a relevância de tais temas no cenário político e algumas reflexões acerca de suas limitações e perigos, tendo como base as análises de Pierucci (1999), Montero (1999) e Zaluar (1997).

**Palavras-chave:**  
identidade, diferen-  
ça, cultura e política.

## Identidade e diferença: emergência na arena política

A construção da identidade e da diferença envolve processos simbólicos (a identidade é marcada por meio de símbolos, como a linguagem, por exemplo), sociais (antecedentes históricos e relações sociais) e psíquicos (emergindo em situações de crise, conflito e contestação).

Fala-se que a identidade é relacional, porque ela se dá na relação com a diferença, ou seja, a "identidade-eu" depende, para existir, da "identidade-outro". Isso traz à discussão o fato de que a marcação da identidade e da diferença envolve sistemas de representação/classificação que definem "quem sou eu"/"quem é o outro", ou que incluem/excluem.

Inicialmente não haveria problema em tal classificação, já que ele é a base da marcação da identidade e da diferença. Porém, o sistema de classificação a que recorre-se geralmente é o sistema binário, que polariza as diferenças e

que envolve assimetrias de poder, devido à hierarquização dos termos:

*"Uma característica comum à maioria dos sistemas de pensamento parece ser, portanto, um compromisso com os dualismos pelos quais a diferença se expressa em termos de oposições cristalinas - natureza/cultura, corpo/mente, paixão/razão. As autoras e os autores que criticam a oposição binária argumentam, entretanto, que os termos em oposição recebem uma importância diferencial, de forma que um dos elementos da dicotomia é sempre mais valorizado ou mais forte que outro" (Woodward, 2000, 50).*

*"Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo de diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identi-*



dade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com as relações de poder". (Silva, 2000, 81).

Dessa forma, a afirmação da identidade e da diferença se baseia em relações de poder porque o processo de classificação envolve a hierarquização e a distribuição diferencial de poder entre os termos classificados. Essa relação desigual faz com que a identidade subjugada se mobilize contra a identidade hegemônica, com vistas a alterar seu status em tal relação, constituindo, pois, um conflito político.

Como se viu, os processos de identificação e de diferenciação encerram relações de poder e disputas por recursos materiais e simbólicos. É possível afirmar, então, que a identidade e a diferença são formas de organização política localizadas no âmbito da cultura. Ao contrário do que os teóricos marxistas consideravam, a esfera da cultura e a identidade não são aspectos ideológicos ou secundários do conflito fundamental nas sociedades capitalistas, o conflito de classes, o qual daria origem a formas de reivindicação verdadeiramente políticas; são também formas de mobilização política e de resistência, ainda que baseadas em aspectos culturais.

A emergência da identidade como questão política é marcada por várias mudanças econômicas, sociais, históricas e relativas aos movimentos políticos. Woodward (2000) considera que o processo de globalização e as mudanças nas relações de produção e consumo dele decorrentes contribuem para a formação de novas identidades, seja pela tendência à homogeneização (produção de "consumidores globais") e pelo distanciamento com relação à comunidade/cultura locais, seja pelos movimentos de resistência e reafirmação das identidades nacionais e locais. A migração também produz novas identidades plurais, mas também origina identidades contestadas e desigualdade.

O colapso da ex-URSS resultou no ressurgimento de identidades étnicas, religiosas e nacionais, supostamente perdidas, devido à homogeneização imposta aos países do Leste europeu. Também a Europa pós-colonial e os Estados Unidos vêem ocorrer a renovação de certas étnicas, tanto por parte de grupos dominantes (afirmação de uma "inglêsidade" ou dos "velhos e bons valores da família americana") quanto pelos grupos marginalizados (que reafirmam sua identidade de origem).

Uma outra mudança que ocorreu se refere ao que Laclau chama de *deslocamento* (Woodward, 2000), quer dizer, a classe social deixa de ser vista como determinante de todas as relações sociais e, portanto deixa de ser o único centro produtor de identidades, passando a haver uma "pluralidade de centros". Best e Kellner (1997) chamam essa e outras mudanças de "virada pós-moderna", em contraposição a uma forma "moderna" de política:

*"A ênfase moderna na luta coletiva, solidariedade e alianças políticas cedeu lugar à extrema fragmentação, como mostrado pelo 'movi-*

*mento dos anos 60' que se dividia em várias e concorrentes lutas por direitos e liberdades. A ênfase anterior sobre a transformação da esfera pública e das instituições de dominação, cedeu lugar a novas ênfases na cultura, na identidade pessoal e na vida cotidiana, com a substituição da macropolítica em micropolíticas de subjetividades e transformações locais. (...) enquanto a política moderna centraliza-se em metas universalistas, como conquistar liberdades civis, reduzir desigualdades ou transformar estruturas e instituições de dominação, a política de identidade pós-moderna concentra-se em interesses específicos de um grupo e constrói identidades através da identificação com um grupo e suas lutas. (...) Os modelos de política pós-modernos tentam redefinir o político baseado nas mudanças da sociedade, tecnologia e da vida cotidiana. Uma política cultural pós-moderna, construída sobre os insights de Gramsci, dos surrealistas, de Lefebvre e dos situacionistas tematiza a cultura como um terreno crucial de força e combates"* (Best e Kellner, 1997, 4, 9, 11, 12)

Essa "política pós-moderna" está intimamente ligada aos chamados "novos movimentos sociais", que surgem no Brasil no fim dos anos setenta e têm como "bandeiras" questões de raça, gênero e temas relacionados ao meio-ambiente:

*"Com as rápidas mudanças verificadas a partir do final dos anos 60 na estrutura produtiva, com a crescente institucionalização do conflito de classes nas sociedades de capitalismo avançado e, inclusive, com a crise do próprio pensamento racional, essas antinomias entre reformistas e revolucionários ou entre movimentos políticos e pré-políticos começaram a ruir. (...) a explosão dos movimentos espontâneos que sacudiram a Europa no final dos anos 60, a desmistificação dos regimes socialistas do Leste e a sucessiva erosão dos esquemas teóricos marxistas acabaram por marcar a configuração de um novo tempo: o tempo dos 'novos movimentos sociais'"* (Doimo, 1995, 40).

Todas essas mudanças contribuíram para que movimentos que tinham como pauta de reivindicação a identidade (seja ela racial, étnica, de gênero) surgissem na cena política e ganhassem relevância, dando visibilidade a questões até então relegadas a segundo plano ou simplesmente tidas como não significativas politicamente. Por fim, resta lembrar que o uso e a apropriação da noção de identidade são variáveis, de acordo com a configuração política e social, além de a noção de identidade estar extremamente ligada à experiência cotidiana dos indivíduos e grupos sociais sendo, portanto, mutável.

### **"Ciladas da diferença"**

*"Não há discriminação racial no país, mas uma diferença cultural e de aptidão: os japone-*

*ses são mais hábeis em coisas pequenas e delicadas, os negros têm mais facilidade no serviço pesado”*

A emergência da identidade e da diferença como questões políticas e legítimas, relacionadas a demandas de grupos marginalizados e até mesmo oprimidos, submetidos ao poder de grupos hegemônicos foi um importante passo na construção de uma sociedade mais democrática, justa e inclusiva. Entretanto, a afirmação da identidade como forma de reivindicação política pode ser problemática, como nos mostram Pierucci (1999), Montero (2001) e Zaluar (1997).

O principal argumento de Pierucci é que a afirmação da diferença pode servir tanto à direita quanto à esquerda, havendo, entretanto, maneiras distintas de concebê-la, já que a direita afirma a diferença com vistas à eliminação do diferente, enquanto a esquerda enfatiza a diferença com o objetivo de acabar com a desigualdade.

Em publicação intitulada *Ciladas da diferença*, o autor afirma que a diferença sempre foi uma “bandeira” da direita, que aciona o diferencialismo para justificar a desigualdade ou ainda para buscar um afastamento (e, em alguns casos, a eliminação) do diferente. Assim, o racismo seria antes uma afirmação das diferenças e sua posterior rejeição. Um outro ponto importante se refere à concretude do diferencialismo à direita, ou seja, as pessoas se percebem diferentes, a diferença é visível, sensível, e assim, ela justifica a desigualdade (algo como “é claro que as pessoas são diferentes”, como base para “e por isso elas são desiguais”):

*“as evidências todas da experiência e do dado sensível comprovam que os seres humanos são ‘diferentes, sim... e desiguais’, ‘diferentes e, por isto, desiguais’. A ilusão do sensível encaixa a construção do inteligível. Eis o realismo das direitas: ‘eu não sou racista, mas realista”* (Pierucci, 1999, 34).

No entanto, além de um “diferencialismo de direita”, passa a existir um “diferencialismo à esquerda”, quer dizer, a esquerda também passa a afirmar as diferenças e essa defesa tem como mote principal o direito à diferença. Tal diferencialismo possui, além disso, uma espécie de princípio fundamental, que é a afirmação da diferença sem perder de vista a igualdade. Mas, adverte o autor, a busca da igualdade na diferença é uma tarefa mais complexa e que pode ser de difícil tradução prática, o que levaria a outro problema, qual seja, sua elitização:

*“Esta última posição [igualdade na diferença] é, sem dúvida, a mais difícil de se traduzir em idéias claras e distintas e, pelas sutilezas que implica e pela complexidade intelectual que exige de quem a abraça, mais difícil ainda de ser vivida e passada adiante, no cotidiano ou em contextos institucionais e políticos mais imediatamente conflitivos. É uma idéia de difícil tradução na linguagem ordinária e na prática do dia-a-dia, porquanto qualquer ligeira traição de suas acuradas distinções e sofisticadas nuances, qualquer deslize significa, fatalmente sua*

*completa desfiguração”* (id, ibid, 37).

Além de sua desfiguração, qualquer deslize pode ser apropriado pela direita, sendo um caminho perigoso, porque o argumento da diferença pode ser apropriado tanto pela esquerda quanto pela direita, levando a um “embaçamento” dos posicionamentos ideológicos (o que poderia favorecer a direita, posto que o diferencialismo que esta afirma é mais próximo da experiência cotidiana) e também podendo levar à busca do direito à diferença como fonte de legitimidade de racismos e chauvinismos, como por exemplo, a hostilidade dos europeus com relação aos imigrantes africanos. E, adverte Pierucci, “a corda sempre arrebenta do lado mais fraco” e o diferencialismo pode descambar da celebração da diferença para a eliminação do diferente:

*“Quem pode garantir que, em meio a essa pós-moderna celebração das diferenças, as pulsões de rejeição e de agressão não venham a se sentir autorizadas a aflorar, crispadas de vontade de exclusão e profilaxia?”* (id, ibid, 54).

Montero (1999), por sua vez, problematiza a questão da diversidade cultural e sua “tradução política”. Segundo a autora, a diversidade cultural aparece como problema quando o que está em jogo é a integração das diferenças em uma unidade mais homogênea, seja ela a cidadania, a nacionalidade etc.

Assim, como Woodward (2000), a autora cita as transformações do mundo no sentido de uma maior homogeneização que ocorre concomitantemente a uma tendência a se valorizar o local como forma de resistência, à incapacidade do Estado em responder demandas (ou “ingovernabilidade”, como diria Offe), ou seja “tendências contraditórias, que apontam, ao mesmo tempo, para a integração global e a desintegração étnica” (Montero, 1999, 46).

Dois problemas se colocam, pois: o primeiro se refere à busca da igualdade sem desqualificar a diferença cultural. Esta parece ser uma tarefa complexa e antropólogos como Louis Dumont (1985) acreditam que não é possível lutar ao mesmo tempo pela diferença e pela igualdade:

*“Para Dumont, a reivindicação de respeito à diferença pelas categorias sociais estigmatizadas, quando acatada, leva, a longo prazo, a tornar a diferença pouco significativa e, conseqüentemente, elemento secundário das relações. É, ao contrário, a hierarquia que garante o reconhecimento da diferença como sinal diacrítico. Assim, existiriam apenas duas vias que asseguram o reconhecimento da diferença: a hierarquia e o conflito; a terceira, que reclama a igualdade na diferença, leva ao apagamento desta última como valor distintivo”* (id, ibid, 46)

Mais uma vez coloca-se o problema da relação entre igualdade e diferença. Será possível conciliar essas duas reivindicações?

O segundo problema que a autora apresenta está intimamente ligado ao primeiro e se refere

1. Carlos Eduardo Uchoa Fagundes, diretor da FIESP, em entrevista à Folha de São Paulo, 26/05/95. In: Boletim de Políticas Públicas, LPP/UERJ, jun/set/2002, nº3.

à representação política e à crise da idéia de Estado-nação como entidade capaz de realizar a mediação entre direitos individuais, atributos de indivíduos concretos, e direitos humanos, de caráter mais universal. Segundo Montero (1999), a crise das noções de cidadania e nacionalidade, além da "perda de substantividade" da idéia de representação podem levar à fragmentação do espaço político e da democracia representativa:

*"o sistema de representação de interesses se complicou e perdeu relevância em função do surgimento de novas identidades que apresentam diretamente ao Estado suas demandas: por um lado, a fragmentação e a heterogeneidade desses interesses sobrecarrega e bloqueia a gestão governamental; por outro, a não correspondência entre essas demandas e uma base territorial estável, ou um interesse social e profissional definido, as torna de difícil acolhimento e negociação por parte do Estado (Novaro, 1994 apud Montero, 1999, 48)*

Então, seria necessário pensar como realizar a mediação entre "o universalismo das utopias políticas e o "particularismo das reivindicações culturais", tendo como base a identidade étnica.

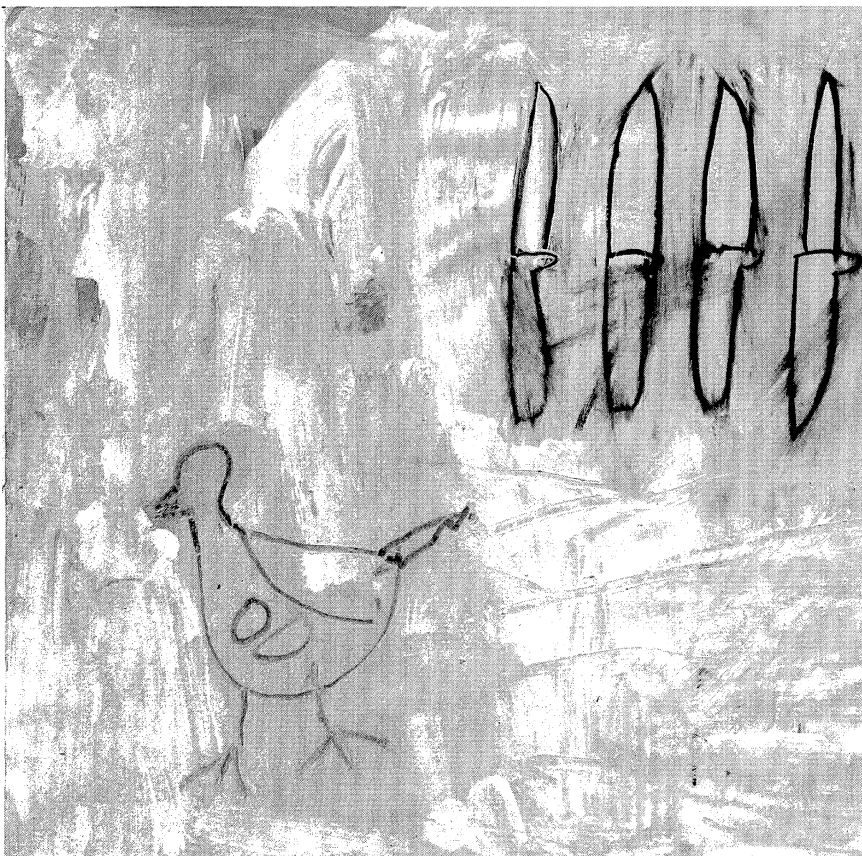
Com relação à representação, há um outro problema, já que, na democracia representativa, o representante não deve estar vinculado a interesses particulares, devendo agir com base no "interesse da nação". Mas, questiona a autora, como diferenciar os interesses particulares (que podem se organizar em ampla escala) dos interesses nacionais num sistema cada mais globalizado?

Zaluar (1997) também apresenta alguns pro-

blemas ou paradoxos trazidos pela questão da identidade. A autora inicia seu texto apresentando a exclusão como traço constitutivo da identidade social, marcada pela classificação binária. A exclusão, não seria, portanto, algo negativo em si, adquirindo tal caráter ao se referir à exclusão sistemática de certos grupos ou indivíduos dos direitos de cidadania. Nesse sentido, processos de inclusão envolveriam a construção de um "patamar comum de identidade e pertencimento", que se sobrepõe às diferenças.

Porém, retomando o paradoxo apresentado por Montero (1999), Zaluar afirma que as identidades nacionais ou de classe não são capazes (ou suficientes para) de estabelecer esse "patamar comum...", já que novas divisões e segmentações vão surgindo na sociedade e gerando (ou explicitando, talvez) outras formas de exclusão. Nesse contexto, dois perigos (novamente) emergem e se referem à tendência a se valorizar direitos locais e específicos em detrimento de direitos universais ou gerais, o que pode levar a uma grande ênfase na autonomia local e ao conseqüente esfacelamento da nação, e um outro perigo que é colocar a identidade nacional acima de todas as outras, o que levaria à eliminação de outros tipos/fundamentos da identidade.

Como solução para esse dilema, Zaluar (1997) apresenta a reciprocidade, que significa uma ampliação dos laços de solidariedade para além das fronteiras estabelecidas pelos diversos grupos sociais, ou seja, a busca de um certo patamar de identidade ou uma certa homogeneidade, que se sobreponha às diferenças, o que poderia levar, como num ciclo, ao problema da diversidade colocado por Montero (1999).



## Conclusão

Apesar dos dilemas citados, é importante ressaltar que as reivindicações políticas concernentes a questões de identidade/diferença são extremamente relevantes para a construção de uma sociedade mais democrática e menos desigual. Como se viu, o conflito de classes deixa de ser central (mas ainda é importante, sem dúvida) e sua superação não garante, por si só, o "fim de todos os problemas", como demonstrou a chamada "crise do Welfare State". Isso porque nos países em que o Estado de bem-estar foi instaurado e em que o conflito de classes foi "amenizado", diversas questões "transversais" começaram a surgir, relacionadas não só à identidade, mas também a outras questões como meio-ambiente e a paz mundial, por exemplo. Assim, pode-se pensar que a democracia envolve tanto a redistribuição de renda e ampliação das oportunidades econômicas, quanto recursos simbólicos, como a representação e a construção de imagens positivas, como a mudança da denominação de *deficiente* para *portador de necessidades especiais*, deixando de caracterizar as pessoas pela falta e apontando uma condição especial, diferente e nem por isso negativa.

Por fim, considero que esses problemas, dilemas ou limites que emergem da reivindicação política envolvendo noções de identidade, diferença e diversidade não são, de forma alguma, definitivos e impossíveis de serem resolvidos. O que se deve ter em mente é que a reflexão acerca dessas questões é necessária e indispensável, podendo ser frutífera tanto no que se refere à formulação de políticas que "traduzam" de forma mais apropriada questões como as acima, levando à construção de uma esfera pública multicultural, quanto no que se refere à transformação da sociedade, aproximando-a dos ideais de justiça, inclusão e equidade. Desse modo, há que se pensar em como articular noções universais de liberdade e igualdade com os particularismos e especificidades de identidades localizadas cultural e muitas vezes territorialmente.

É necessário, pois, celebrar a diferença e lutar pelo fim da desigualdade, ainda que a tarefa não seja fácil e que o objetivo esteja longe de ser alcançado, sem esquecer, entretanto, que deve haver sempre espaço para a reflexão que vise à construção de práticas que ultrapassem as concepções "liberais", "terapêuticas" e ou que vejam na diferença algo de exótico e curioso (Silva, 2000).

## BIBLIOGRAFIA

- BEST, Steven, KELLNER, Douglas. (1997). "A política pós-moderna e a luta pelo futuro". Tradução de Newton Ramos de Oliveira, mimeo.
- DOIMO, Ana Maria. (1995). *A vez e voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ANPOCS, pp.37-70.
- MONTERO, Paula. (1999). "Diversidade cultural: inclusão, exclusão e sincretismo", in J. Dayrell (org.), *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. (2000). "A produção social da identidade e da diferença", in T. T. da Silva (org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes.
- TORRES, Carlos Alberto. (2001). *Democracia, educação e multiculturalismo: dilemas da cidadania em um mundo globalizado*. Petrópolis, Vozes, pp. 165-194.
- WOODWARD, Kathryn. (2000) "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual", in T. T. da Silva (org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes.
- ZALUAR, Alba. (1997). "Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e prático-políticos". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12, 35, 29-47.